

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Tratados internacionais, coalisões políticas e o devir dos territórios e agricultores produtores de fumo no Brasil.

Alex Alexandre Mengel, Everton Lazzaretti Picolotto y Sérgio Botton Barcelos.

Cita:

Alex Alexandre Mengel, Everton Lazzaretti Picolotto y Sérgio Botton Barcelos (2009). *Tratados internacionais, coalisões políticas e o devir dos territórios e agricultores produtores de fumo no Brasil*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1003>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Tratados internacionais, coalisões políticas e o devir dos territórios e agricultores produtores de fumo no Brasil

Alex Alexandre Mengel
Engenheiro Agrônomo
Mestrando em Ciências Sociais
CPDA/UFRRJ
alexmengel@hotmail.com

Everton Lazzaretti Picolotto
Sociólogo
Doutorando em Ciências Sociais
CPDA/UFRRJ
evpicolotto@yahoo.com.br

Sérgio Botton Barcelos
Médico Veterinário
Mestrando em Ciências Sociais
CPDA/UFRRJ

INTRODUÇÃO

A compreensão dos fenômenos sociais constitui um grande desafio aos pesquisadores, seja por sua elevada complexidade ou historicidade. O caso do esforço prospectivo acerca do devir dos territórios rurais ilustra bem este desafio.

O devir de um território aparece, numa primeira aproximação, como resultante de um conjunto de forças endógenas e exógenas, em permanente interação. Cabe reconhecer que as políticas públicas podem ser percebidas como uma das forças atuantes na determinação do devir de um território, na medida em que restringem ou favorecem certas opções de desenvolvimento.

Embora almeje-se que as políticas públicas de desenvolvimento territorial traduzam e persigam a concretização dos “consensos locais”, democraticamente construídos, via de regra estas apresentam-se mais como um conjunto de orientações dispersas, de origens diversas, nem sempre convergentes (DELGADO et al., 2007). Ainda, muitas vezes entram em conflito com estratégias corporativas de agentes do agronegócio.

O conflito de orientações acerca do devir desejado para os territórios é nítido no caso daqueles identificados com a produção de fumo. Embora seja possível reconhecer que há décadas se registra certa disputa acerca dos rumos dos territórios fumicultores, entende-se que a elaboração e vigência de um Tratado Internacional (Convenção Quadro para o Controle do Tabaco – CQCT) com vistas ao controle do tabaco agrava e traz novos elementos à esta disputa. O tratado em voga influencia o território tendo em vista a busca pela diminuição de oferta de produtos de tabaco.

Entende-se que o estudo desta problemática torna-se relevante na medida em que permite refletir sobre as implicações de novas formas de governança que emergem com a globalização, focando-se na questão: como determinações estabelecidas em nível global afetam dinâmicas sociais em nível local? Tal questão mostra-se pertinente no contexto em que a ratificação de um Tratado Internacional estabelece um compromisso do país com as proposições aprovadas.

Na abordagem da temática procura-se identificar o “projeto de mudança” constante na Convenção Quadro..., suas derivações no âmbito das políticas públicas para os territórios fumicultores no Brasil e apresentar uma primeira aproximação às dinâmicas sociais associadas à implementação destas políticas públicas.

A CONVENÇÃO QUADRO E AS NOVAS POLÍTICAS PARA OS TERRITÓRIOS FUMICULTORES NO BRASIL

Diante da importância da atividade econômica e dos problemas de saúde que o uso do fumo causa, a discussão sobre o controle do tabaco suscita a formação de redes pró e anti-fumo, em disputa sobre o sentido das políticas públicas (BOEIRA; GUIVANT, 2003; BOEIRA; JOHNS, 2007). Se, de um lado, as organizações de saúde e os ambientalistas se organizam para propor a redução do consumo e a redução ou a substituição da produção do tabaco, de outro, as empresas processadoras se organizam para manter-ampliar a produção e, conseqüentemente, o consumo. Neste contexto, entende-se que estes atores disputam o apoio de setores do Estado e das organizações de agricultores.

O Brasil é o segundo maior produtor mundial e maior exportador de fumo (VARGAS; BONATO, 2007). As altas taxas de impostos incidentes sobre o fumo tornam-lhe importante fonte de arrecadação para os governos, além disto, a fumicultura, no Brasil, conforma uma cadeia produtiva que emprega cerca de 2,4 milhões de pessoas e tem na sua base um número significativo de agricultores familiares (AFUBRA, 2008). Segundo dados do MDA (2005), 97% da produção de fumo provém da agricultura familiar, onde esta atividade representa uma importante fonte de renda dos pequenos agricultores.

Assim, no Brasil, os temores acerca das implicações da ratificação da CQCT aos territórios fumicultores geraram inquietações diversas. Conforme INCA (2004, p. 21) criou-se um mito no sentido de que “A Convenção Quadro para o Controle do Tabaco tem como objetivo extinguir a lavoura de fumo”. Boeira e Johns (2007) colocam que este mito foi criado e difundido pelas indústrias e organizações de produtores com elas identificadas, o que contribuiu para dificultar o processo de ratificação da Convenção Quadro neste país.

Visando a superação dos conflitos acerca da aprovação da CQCT o governo comprometeu-se em “Apoiar os agricultores presentes em regiões fumicultoras tradicionais – que estiverem dispostos a diversificar suas atividades – de maneira que a possível queda do consumo mundial de tabaco ocorra sem sobressaltos à estabilidade econômica e social destas regiões.” A meta a ser perseguida era: “Diversificar a economia rural nas áreas de produção de fumo, possibilitando a implantação de novas atividades agropecuárias.” O Programa proposto previa como linhas de ação, o financiamento, acesso à tecnologia, organização e agregação de valor à produção local e garantia de comercialização.¹

O Programa de Apoio à Diversificação apresentado pelo MDA, ao final de março de 2006 dividia a região produtora de fumo em cinco territórios, distribuídos da seguinte forma: três no Rio Grande do Sul, um no Paraná e um em Santa Catarina prevendo que cada território receberia “R\$ 1 milhão para investimento em comercialização no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e R\$ 1 milhão para capacitação, extensão rural e pesquisa (que tem como foco a agregação de valor e consolidação dos sistemas de diversificação e agroecológicos)”², no entanto não previa a criação de programas específicos, baseava-se os já existentes³. Esta visão do MDA exprime um entendimento de que políticas que contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar (e que podem ser acessadas pelos fumicultores) favorecem a diversificação produtiva, pois aumentam a autonomia do produtor frente as agroindústrias do fumo.

Visando um balanço do programa de diversificação, o MDA publicou recentemente dois documentos, os quais nos permitem examinar o andamento do programa. Nota-se que o rumo tomado

¹ Os objetivos, metas e linhas de ação expostas constam no Aviso 1150 anteriormente referido.

² (MDA anuncia a liberação de R\$ 10 milhões para a diversificação das áreas cultivadas com fumo. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=312&Itemid=69>).

³ Os programas eram de acordo com Bonato (2006): Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa de ATER, Seguro da Agricultura Familiar, Seguro de Preços da Agricultura Familiar, Programa de Biodiesel, Programa de Turismo Rural e Programa de Agroecologia.

pelo mesmo foi diferente do anunciado inicialmente. Nos referidos documentos o governo dá ênfase ao apoio à projetos locais. O primeiro, publicado pela SAF/MDA, destaca o apoio à 35 Projetos de organizações governamentais e não-governamentais, na área de pesquisa, formação de ATER, abrangendo 500 municípios e 19 mil famílias beneficiárias. O segundo é um artigo de Gregolin e Peraci (2008) que propõe-se a avaliar os resultados alcançados pelo programa. Neste, os autores colocam que: “estão sendo implementados 47 projetos de ATER, Capacitação e Pesquisa em parceria com organizações governamentais e não governamentais públicas da região sul e nordeste do Brasil, com recursos financeiros na ordem de 10 milhões de reais.”

A análise dos documentos recentes (folder e artigo), mostram que a promoção da diversificação produtiva se dá, principalmente, pela via do apoio à projetos de alcance local. Nota-se que o governo não menciona na avaliação a forma como o PAA se insere no programa. Inicialmente havia uma proposta de que tal apoio se desse num contexto de promoção da “aprendizagem social” sobre diversificação.⁴ Para tanto, haveria de estabelecer-se clara inserção e priorização desta temática nas iniciativas de desenvolvimento territorial, entretanto, não se dispõe de elementos para avaliar em que medida isto ocorreu. Dada a incipiência na formação de identidades territoriais presume-se que este processo não alcançou a dimensão desejada.⁵

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS TERRITÓRIOS DO FUMO NO SUL DO BRASIL E OS CONFLITOS ATUAIS ACERCA DO SEU DEVIR

Inicialmente cabe reconhecer que o cultivo do fumo constitui uma atividade “tradicional” no Brasil.⁶ De acordo com o IBGE (2008), esta atividade fez uso em 2006 de quase 489 mil hectares no Brasil e cerca de 90% desta área encontra-se na região sul.⁷ Conforme levantamentos o cultivo de fumo é praticado em 65% dos municípios da região sul.⁸ Tal atividade econômica conforma uma cadeia produtiva “poderosa” uma vez que tem como seus principais articuladores empresas de grande porte, transnacionais (CTNs). Além dos diversos atores que tem participação direta nos processos produtivos (indústrias e comerciantes fornecedores de insumos, agricultores, empresas beneficiadoras, indústrias

⁴ Tais afirmações são feitas com base em entrevista e documentos fornecidos por representante da Delegacia do MDA no RS relativos a previsão de operacionalização do Programa para o ano de 2006.

⁵ Tal avaliação é fortalecida pela natureza do encaminhamento proposto durante o I Seminário Nacional sobre o Programa..., realizado em fevereiro de 2007, onde coloca-se a necessidade de “Fortalecer os comitês estaduais e/ou territoriais de apoio ao Programa de Diversificação nas áreas de Cultivo de Tabaco com a participação das instituições públicas e das organizações dos agricultores e da sociedade civil.”

⁶ Conforme relatos de Pesavento (1983, p.192): “O fumo foi uma das primeiras culturas agrícolas com finalidade comercial a se desenvolver no Rio Grande” sendo que em 1804 e 1805 foram feitas as primeiras exportações de fumo em folha do Rio Grande para a Europa. Com o passar do tempo, o hábito de consumo e de produção do tabaco se consolidaram no Brasil. ”

⁷ Na região sul 182.650 famílias dedicam-se ao cultivo de fumo, somando 925.000 empregos diretos na lavoura na safra 06/07. (AFUBRA, 2008).

⁸ Se forem considerados somente os municípios em que a produção de fumo tem alguma significância (produção superior a 20 toneladas), somam-se 645 municípios (144 no Paraná, 223 em Santa Catarina e 278 no Rio Grande do Sul) (VARGAS; BONATO, 2007, p.27).

produtoras de cigarro, exportadores, comerciantes de derivados de fumo ao consumidor, etc.)⁹, dada a importância econômica deste cultivo para as pequenas municipalidades, em geral, estes atores articulam em sua defesa muitos atores locais. Muitos territórios fumicultores são percebidos como “especializados” e, portanto, altamente dependentes da produção de fumo. Em alguns municípios o fumo chega a responder por mais de 80% do valor bruto da produção agrícola total (VARGAS; BONATO, 2007).

Do mesmo modo, a estrutura dos sistemas de produção dos agricultores que têm o fumo como cultivo comercial tende a ser relativamente especializada devido a grande demanda de mão-de-obra desta cultura (VOGT, 1997) o que reforça a condição de dependência deste cultivo e à agroindústria.

A significativa presença dos atores relacionados ao cultivo de fumo nos territórios fumicultores não implica na ausência de atores que vêem a dependência à este cultivo de forma crítica. Os movimentos sociais em prol de uma agricultura alternativa, que se difundem no sul do Brasil a partir da década de 1980 em geral questionam este modelo produtivo, altamente insumizado e que traz prejuízos à saúde do produtor e do ambiente. Estes movimentos sociais propiciaram o surgimento de “focos” de agricultura alternativa em diversos locais (ALMEIDA, 1989).

Os indicadores disponíveis apontam que os impactos destas diversas iniciativas em nível territorial tem sido restritos, uma vez que o cultivo do fumo permanece consolidado. Estudos sobre o tema, (WRIGHT, 2005; LIMA et al, 2005; ETGES, 2007) tendem a enfatizar as dificuldades de promover a diversificação produtiva nos territórios fumicultores. Entretanto, entende-se que a entrada em cena da CQCT trouxe mudanças dignas de apontamento no que se refere à dinâmica do desenvolvimento territorial.

Em um primeiro momento, pode-se assinalar a legitimação institucional que, potencialmente, se opera à perspectiva daqueles que tem posições críticas em relação ao cultivo do fumo. Em decorrência, coloca-se em questão o dever dos territórios fumicultores seja pela indesejabilidade ou impossibilidade de prosseguimento no rumo vigente. Scheibler (2007) assinala que a CQCT trouxe à arena pública a discussão sobre o destino dos territórios fumicultores.

Nos embates políticos, observam-se novas “coalizões”¹⁰. No caso do fumo Boeira e Guivant (2003) propõem que se reconheça a configuração de duas redes: pró e anti-tabaco. A rede pró-tabaco inclui as CTNs e associações a ela relacionadas enquanto a rede anti-tabaco é constituída por nove setores: tradição religiosa, ONGs médicas, saúde pública, movimento antifumo, ambientalismo, ONGs advocatícias, mídia ético-política, grupos de anônimos e antitabagismo mercadológico. O fato novo na formação destas redes seria a associação dos agricultores e indústrias que, historicamente, estavam em lados opostos (SCHEIBLER, 2006). Um exame mais acurado tende a apontar que esta seria a postura de organizações de representação mais tradicionais uma vez que novas organizações de representação dos

⁹ Uma clara caracterização da estrutura do cluster do fumo é apresentada por Vargas (2001).

¹⁰ O uso do termo coalizões, aqui, remete ao “Advocacy Coalition Framework” (FENGER; KLOK, 2001)

agricultores tendem a adotar uma postura próxima daquela que orienta o esforço de regulação internacional.¹¹

O exame do Programa de Apoio à Diversificação demonstra que emergem novos cenários de coalizões, tendo em vista que o governo “entra em cena” estabelecendo parcerias com organizações diversas em prol da “diversificação”.

A ação do governo representa um apoio efetivo à atores que vem desenvolvendo ações orientadas à mudança no âmbito destes territórios, geralmente agrupados em torno de um modelo alternativo de agricultura. Nesta ótica, o Programa de Apoio à Diversificação possibilita acesso à recursos que potencializam sua ação no território.

As evidências recolhidas indicam que reflete-se, neste estudo, a disputa recorrente entre dois projetos de desenvolvimento para o rural brasileiro: o projeto alternativo (de transição agroecológica que prioriza a autonomia da agricultura familiar e inclui a diversificação- reconversão das áreas produtoras de fumo) e o projeto de inserção competitiva do agronegócio nos mercados mundiais. Diante deste cenário os tratados internacionais repercutem nesta disputa sobre o sentido do desenvolvimento territorial que lhe é anterior, reforçando certos atores mediante novas coalizões e políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE GLOBALIZAÇÃO E A DINÂMICA DOS TERRITÓRIOS RURAIS

A maior parte dos estudos que examina a manifestação da globalização nos territórios rurais focaliza o impacto das mudanças nas regras de mercado, dos investimentos externos ou das estratégias das grandes empresas em sua reestruturação produtiva. Poucos estudos abordam impactos diretos de mudanças de caráter normativo, como o caso da CQCT, que tem potencial de afetar o devir dos territórios rurais.

O caráter legalmente vinculante dos Tratados Internacionais podem contribuir para que as decisões tomadas em fóruns internacionais sejam percebidas como impositivas e, portanto, definidoras dos rumos a seguir.

O exame do caso em estudo chama a atenção para diversos aspectos que, de certa forma, contribuem para relativizar o poder determinante destes fóruns internacionais. Inicialmente cabe lembrar que os tratados são construídos com base em consensos e, para que estes sejam alcançados, os termos devem ser muito brandos e genéricos, o que favorece certa flexibilidade à sua interpretação. Também, cabe lembrar que as instâncias operacionalizadoras das decisões constantes nos Tratados são os Estados Nacionais, o que reafirma sua presença e importância, mesmo num mundo globalizado. Terceiro, as questões de legitimação política junto à população ainda são determinantes na dinâmica política interna o

¹¹ Neste sentido podem ser observados diversos textos sobre a Convenção Quadro publicados na página do DESER (<http://www.deser.org.br>).

que leva o Estado a fazer concessões e alianças diversas no seu esforço de promover ações de interesse público. Assim, fica evidente uma dinâmica de “tradução” local do objetivo e estratégia da CQCT, o que pode conferir novos sentidos à política pública, levando a que seus resultados se diferenciem de um lugar para outro segundo suas “traduções”. Neste sentido, tende-se a aderir às perspectivas de interpretação que vêem a globalização mais como força de produção de novas heterogeneidades nos espaços locais que depende dos arranjos dos atores e dos interesses políticos do que como uma força homogeneizadora em escala global.

No caso examinado ressalta-se a possibilidade de interpretar que a CQCT implicou na priorização de problematização do devir dos territórios fumicultores, favoreceu novas coalizões e constituiu fator adicional numa disputa pré-definida permitindo acesso diferenciado à recursos e, conseqüentemente, possibilitando diferenças nas correlações de “poder”.

Por outro lado, a diversidade dos fatores contextuais (mercado + outras forças) pode contribuir para diferenciar ainda mais os “resultados” dos esforços pela implementação da CQCT. Enquanto em alguns lugares a mudança não enfrenta tanta “resistência” ou “oposição”, noutros as perspectivas de sucesso são pequenas. Releituras mostram que existe certa variabilidade entre os territórios produtores na região sul quanto ao nível e estabilidade de produção, o que tem implicações importantes sob a ótica da “dependência” do fumo (DIESEL et al., 2001).

Mesmo que a CQCT venha a repercutir no reforço ao projeto alternativo de desenvolvimento rural, entende-se que parecem improváveis mudanças significativas na realidade dos territórios produtores de fumo no curto prazo. Inicialmente, cabe destacar que a Convenção Quadro secundariza a questão do controle da produção de fumo, priorizando a redução da demanda e o Estado brasileiro, ao assinar este Tratado, o fez com ressalvas de interpretação no sentido de não afetar a produção de fumo. Em segundo lugar, o Programa Nacional de Diversificação das Áreas Produtoras de Tabaco carece de consolidação legal e institucional. Por fim, ressaltam-se as restrições da conjuntura política e macroeconômica, favoráveis à expansão do cultivo do fumo. Neste sentido, enquanto a política de controle da produção envidada no âmbito do MDA mostra-se hesitante em assumir metas de redução da área plantada, defensores da fumiicultura comemoram avanços produtivos no âmbito da Câmara Setorial do Fumo no MAPA.

Referências Bibliográficas

- AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. **Fumicultura no Brasil**. Cadeia Produtiva do Tabaco. Disponível em: www.afubra.com.br. Acessado em 25/02/2008.
- ALMEIDA, J. Propostas Tecnológicas “Alternativas” na Agricultura. **Cad. de Dif. de Tecn.**, Brasília, v.6, n.2/3, p.183-216, mai./dez. 1989.
- BETTCHER, D. W. A Convenção-Quadro para o controle do tabaco e a globalização. In: Brasil. Ministério da Saúde. Organização Pan-americana da saúde. **Tabaco e pobreza, um círculo vicioso – a convenção-quadro de controle do tabaco: uma resposta**. Brasília: Ministério da saúde, 2004. p.85-89
- BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. Indústria de Tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.20, n.1, p.45-78, jan./abril 2003.
- BOEIRA, S. L.; JOHNS, P. Indústria de Tabaco vs Organização Mundial da Saúde: um confronto histórico entre redes sociais de “stakeholders”. **Interthesis**, Florianópolis, jan./jun. 2007.
- BONATO, A. **A fumicultura no Brasil e a Convenção Quadro**. Curitiba: DESER, 2006. Disponível em www.mda.gov.br.
- CAVALCANTE, T. M.; PERACI, A. S. Prefácio. In: **Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil**. Maio de 2007. Estudo contratado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal e encaminhado como Nota Técnica à Segunda Seção da Conferência das Partes (COP2) da Convenção Quadro da OMS sobre o Controle do Tabaco. Bangkok, 30 de Junho – 6 de Julho, 2007
- DELGADO, N. G. et al. **Desenvolvimento Territorial: Articulação de políticas Públicas e atores sociais**. Rio de Janeiro: CPDA, dez. 2007. Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ.
- DIESEL, V. et al. Características e condicionantes da estabilidade de relações de integração agricultor- Agroindústria. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Recife, 2001. **Anais...** Brasília: Sober 2001. 1 CD
- ETGES, V. E. A convenção quadro de controle do tabaco e a diversificação de atividades entre produtores de tabaco na região de Santa Cruz do Sul/RS/Brasil. In: Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales,V, Buenos Aires, 2007. **Anais...** Buenos Aires : Editora da UBA, 2007. v. 1. p. 1-12.
- FENGER, M.; KLOK, P.-J. Interdependency, beliefs, and coalition behavior: A contribution to the advocacy coalition framework. **Policy Sciences**, n.34, p.157-170, 2001.
- GREGOLIN, A. C.; PERACI, A. S. **Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco: uma ação de Ater necessária**. Disponível em: comunidades.mda.gov.br/o/885187. Acesso em: set. 2008.

- INCA. **A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades.** Rio de Janeiro: INCA, 2004.
- LIEDKE, E. R. **Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul.** Dissertação (Instituto de Ciências Humanas) Universidade de Brasília, Brasília, 1977.
- LIMA, R. G. de; WIZNIEWSKY, J. G.; MARTINS, S. R. Os desafios da sustentabilidade para o desenvolvimento rural da região do Vale do Rio Pardo, RS. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** Brasília, v. 22, n. 3, p. 613-650, set./dez. 2005
- MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PIB das cadeias produtivas da Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul.** Brasília, 2005. Disponível em www.mda.gov.br.
- OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Primera reunión del grupo de trabajo sobre el convenio marco de la OMS para la lucha antitabáquica.** Ginebra, 1999. Disponível em: www.who.int.
- OMS. ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD. **Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco.** Genebra: OMS, 2005.
- PAULILO, M. I. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos.** Florianópolis: UFSC, 1990.
- PERONDI, M. A. et al. Metodologia de avaliação das políticas de diversificação em áreas cultivadas com tabaco. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, XLVI, Rio Branco, 2008. **Anais...** Brasília: SOBER, 2008. 1 CD.
- PESAVENTO, S. J. A Produção Gaúcha de Fumo. In: PESAVENTO, S. J. **RS: agropecuária colonial & industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- SABOURIN, E. Que política Pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula ? **Sociedade e Estado,** Brasília, v.22, n.3, p.715-751, set./dez. 2007.
- SCHEIBLER, J. L. **A emergência de fóruns reguladores globais: relações de conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- SCHEIBLER, J. L. Emergência de fóruns reguladores globais e as novas formas de proposição de políticas: uma reflexão sobre a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, XLX, Londrina, 2007. **Anais...** Brasília: SOBER, 2007. 1 CD.
- TEMPORÃO, J. G. Apresentação. In: INCA. **A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades.** Rio de Janeiro: INCA, 2004.
- VARGAS, M. A. **Forms of governance, learning mechanisms and upgrading strategies in the tobacco cluster in Rio Pardo Valley- Brasil.** Falmer: IDS Publication Office, Institute of Development Studies, 2001. (Working Paper, 125.

- VARGAS, M. A.; CAMPOS, R.R. **Crop Substitution and Diversification Strategies: Empirical Evidence from Selected Brazilian Municipalities.** Washington: World Bank, 2005. HNP Discussion Paper, Economics of Tobacco Control Paper, No. 28.
- VARGAS, M. A.; BONATO, A. Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil. In: **Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil.** Maio de 2007. Estudo contratado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal e encaminhado como Nota Técnica à Segunda Seção da Conferência das Partes (COP2) da Convenção Quadro da OMS sobre o Controle do Tabaco. Bangkok, 30 de Junho – 6 de Julho, 2007.
- VOGT, O. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993).** Santa Cruz do Sul:EDUNISC, 1997.
- WRIGHT, W. Fields of cultural contradictions: Lessons from the tobacco patch. **Agriculture and Human Values** , n. 22, p. 465–477, 2005.